



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
DEPARTAMENTO DE SILVICULTURA

**MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA - UMA ANÁLISE A
PARTIR DAS OFICINAS REALIZADAS NA REGIÃO**

Autor: Pablo Valente Teixeira Bandeira

Orientador: José de Arimatéa Silva, Ph.D.

SEROPÉDICA - RJ

SETEMBRO, 2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
DEPARTAMENTO DE SILVICULTURA**

PABLO VALENTE TEIXEIRA BANDEIRA

**MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA – UMA ANÁLISE A
PARTIR DAS OFICINAS REALIZADAS NA REGIÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal, como requisito parcial para a obtenção do título de Engenheiro Florestal, Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ.

Orientador:

José de Arimatéa Silva, Ph.D.

Seropédica - RJ

Setembro, 2006

“Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Florestal, como requisito parcial para a obtenção do Título de Engenheiro Florestal, Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro”.

MONOGRAFIA APROVADA EM 19/09/2006

BANCA EXAMINADORA

José de Arimatéa Silva, Ph.D.

(Orientador)

Prof. Tokitika Morokawa, M. Sc.

(Titular)

Prof. Hugo Barbosa Amorim

(Titular)

DEDICATÓRIA

A você, meu querido avô, Vicente Gonçalves Teixeira que sempre me apoiou e ajudou em todos os momentos possíveis, nunca esquecerei das palavras sábias e amigas que foram ditas pelo senhor. Também não irei esquecer das ajudas financeiras, pois sem elas acho que hoje não estaria aqui passando por mais esta etapa da minha vida. Dedico também a você, minha querida filhinha, Karen Martins Teixeira Bandeira que, apesar de não entender muito, sempre está me deixando muito feliz, principalmente quando me chama de pai, dedico.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois sem ele eu não estaria aqui;

A minha querida esposa Vanessa por me aturar todos os dias e principalmente por ter me dado uma filha linda;

A minha querida mãe Keila pela educação e oportunidade que me deu de estudar e me tornar uma pessoa de bem;

A minha irmãzinha Katiúscia que eu amo muito;

Aos meus "paidrinhos" Jorge e Solange por esses muitos anos de ajuda e ensinamentos, muito obrigado;

A todos os meus familiares, por mais que ninguém lembrasse do meu aniversário;

A comunidade do 312 pelas horas de gamão e vídeo game, com os amigos, espero que para a vida toda;

A minhas amigas do 207 pelo cafezinho da tarde, pelas confidências e principalmente a Joelma pelo empréstimo do computador;

A todos os professores pelos ensinamentos, principalmente ao professor Arimatéa, pois sem ele esse trabalho não seria realizado.

A Manuel Amaral Neto, pelas informações da 5ª e 6ª oficinas de manejo florestal comunitário na Amazônia, gentilmente cedidas para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a evolução do manejo florestal comunitário da Amazônia a partir de seis oficinas realizadas sobre o tema entre 1998 e 2002. Foi feita uma pesquisa nos relatórios dessas oficinas levantando-se os principais problemas discutidos e as possíveis soluções apontadas. Analisou-se o propósito e estrutura dessas oficinas e a temática nelas envolvidas. As principais conclusões foram: as oficinas de manejo florestal comunitário permitiram avanços da atividade; houve uma evolução nos temas debatidos da primeira para a sexta oficina; soluções dos problemas apontados nas oficinas surgiram na forma de legislação específica, financiamento de projetos e formação do grupo de produtores florestais comunitários.

Palavras-chave: Amazônia; oficinas de manejo; manejo florestal comunitário.

ABSTRACT

This work had as objective to analyze the evolution of the community forest management of Amazonia starting from six workshops accomplished on the theme between 1998 and 2002. It was made a research in the reports of those workshops getting up the main discussed problems and the possible pointed solutions. The purpose was analyzed and it structures of those workshops and the thematic in them involved. The main conclusions were: the workshops of community forest management allowed progresses of the activity; there was an evolution in the debated themes of the first for the sixth workshop; solutions of the problems pointed in the workshops appeared in the form of specific legislation, financing of projects and formation of the group of community forest producers.

Word-key: Amazonia; management workshops; community forest management.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	1
1.1.	Manejo florestal	1
1.2.	Manejo florestal comunitário	2
1.3.	Manejo florestal comunitário na Amazônia	3
1.4.	Objetivos	6
2.	MATERIAL E MÉTODOS	6
3.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	8
3.1.	Propósito e estrutura das oficinas	8
3.2.	Temas, problemas e entraves detectados	14
3.2.1	Primeira oficina	14
3.2.2.	Segunda oficina	17
3.2.3	Terceira oficina	20
3.2.4	Quarta oficina	23
3.2.5.	Quinta oficina	25
3.2.6	Sexta oficina	27
3.3.	Evolução dos planos e incorporação das comunidades	31
3.4.	Perspectivas do manejo florestal comunitário	33
4.	CONCLUSÕES	35
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37
Lista de Tabelas		
Tabela 1	9
Tabela 2	17

1. INTRODUÇÃO

1.1. Manejo florestal

O código florestal brasileiro de 1965 definiu no seu artigo 15 que as florestas da Amazônia só poderiam ser utilizadas através de plano de manejo. Em 1989, a ordem de serviço 001-89/Ibama definiu um extenso protocolo para planos de manejo, incluindo especificação de técnicas de extração para diminuir os danos à floresta, estimativas de volume a ser explorado, tratamento silviculturais e métodos de monitoramento do desenvolvimento da floresta após a exploração. O ciclo de corte mínimo foi fixado em 30 anos.

Em resumo, o manejo florestal, segundo manejojflorestal (2006) é um conjunto de técnicas empregadas para colher cuidadosamente parte das árvores grandes de tal maneira que as menores a serem colhidas futuramente sejam protegidas. Com a adoção do manejo a produção de madeira pode ser contínua ao longo dos anos.

Para o Ibama o Manejo Florestal é definido como a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos de sustentação do ecossistema. Esta definição indica que para ser sustentável ao longo dos anos o Manejo deve ser economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo.

1.2. Manejo florestal comunitário

Tem sido uma tarefa muito difícil encontrar uma definição que possa englobar a diversidade de experiências e casos de manejo florestal comunitário. Existe uma diversidade tão grande de contextos, atores, objetivos e tipos de estratégias que cada uma poderia corresponder a uma definição diferente.

Para Kenny-Jordan (1999), o manejo florestal comunitário em sentido amplo engloba todas as atividades de manejo dos recursos florestais que têm como propósito fundamental melhorar as condições sociais, econômicas, emocionais e ambientais das comunidades rurais, a partir de sua própria realidade e de suas próprias perspectivas.

De Camino (2005), define manejo florestal comunitário como o manejo que está sob a responsabilidade de uma comunidade local ou um grupo social mais amplo, que estabelece direitos e compromissos de longo prazo com a floresta. Os objetivos sociais, econômicos e ambientais integram uma paisagem ecológica e cultural e produzem uma diversidade de produtos tanto para consumo como para o mercado.

Para Smith (2005), o manejo florestal comunitário é um processo social desenvolvido dentro de um contexto social que envolve um grupo de pessoas. O autor considera contexto social todos os aspectos da vida que relacionam o ser humano e seu meio ambiente natural.

Para os processos de Manejo Florestal Comunitário em curso na Amazônia brasileira, considerar-se-á a diversidade de experiências e os conceitos que estão sendo testados no campo e as considerações atribuídas ao termo manejo florestal comunitário nas oficinas realizadas.

1.3. Manejo florestal comunitário na Amazônia

Embora a história demonstre que a atividade florestal na Amazônia teve ao longo de quatro séculos a participação direta da população, o manejo florestal demorou a chegar até ela, mas as razões para que manejo florestal tenha demorado a chegar às comunidades não podem ser atribuídos apenas à área de pesquisa, aos pesquisadores e às instituições responsáveis pelas respostas pertinentes. Durante mais de uma década permeou forte dúvida no seio das organizações sociais comunitárias sobre o risco de se estimular o manejo, sobretudo o madeireiro, em escala comunitária (Silva, 2003).

Há vários anos atrás já se discutia nos meios acadêmicos e políticos sobre a necessidade de estimular o manejo florestal comunitário e sustentável. A Amazônia brasileira abriga hoje um terço das florestas tropicais do mundo, de tal forma que esse recurso deveria ser estratégico para o desenvolvimento da região. Há estimativas de que a Amazônia possui um estoque de madeira em tora de valor comercial superior a 60 bilhões de metros cúbicos, o que coloca a região como detentora da maior

reserva de madeira tropical do mundo (Barros e Veríssimo, 1996).

Estimativas do IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) indicam que cerca de 30% da madeira em tora produzida na Amazônia na década de 90 veio de pequenas propriedades. Vale ressaltar que para a região grande parte das cidades tem como sustentáculo econômico a exploração florestal. No entanto, essa importância econômica se confronta com o fato de que a exploração florestal é feita largamente de forma predatória e, geralmente, os exploradores desconsideram os mecanismos de regeneração natural e nem usam técnicas para estimular a regeneração.

Segundo ainda o IMAZON, embora o manejo florestal seja tecnicamente viável, existem várias barreiras para estabelecer a sua prática, pois muitos proprietários rurais têm a expectativa de ganhos rápidos e maiores através da agropecuária; além disso, faltam oportunidades de treinamento de equipes de extração sobre manejo florestal. Outro problema é o preço da madeira que está aquém do esperado por causa da abundância de florestas e pela falta de controle da exploração. Outros problemas pré-existentes são com relação às estruturas de ocupação da região e à indefinição da situação fundiária.

Nos anos que antecederam a primeira oficina sobre Manejo Florestal Comunitário, realizado em 1998 no estado do Acre,

surgiram algumas iniciativas para transformar a exploração florestal manejada em oportunidade de desenvolvimento. Uma das principais iniciativas nessa direção foi desenvolver o programa de florestas públicas de produção com a criação de novas Florestas Nacionais (Flonas) e a concentração de estudos para estabelecer modelos de manejo para as mesmas. Nessa mesma época o conhecimento e treinamento em manejo florestal começam a avançar.

Hoje o manejo florestal comunitário tem se expandido rapidamente pela Amazônia brasileira; atualmente existem mais de 30 iniciativas em andamento na região amazônica (aprovados ou em processos de elaboração e tramitação); e o manejo florestal comunitário já se encontra inserido em políticas públicas no nível federal e de alguns estados da Amazônia (Amaral e Amaral Neto, 2000).

O manejo florestal comunitário tem conquistado cada vez mais espaço como alternativa para as comunidades rurais da Amazônia e isto pode ser explicado pela importância relativa da floresta para a população rural dessa região. Além disso a atividade começa a ganhar visibilidade ao entrar nas agendas de diversos setores, tanto do governo como de ONG'S e entidades representativas de trabalhadores rurais. Ao lado disso um crescente número de comunidades começa a se envolver na implementação de projetos de manejo florestal com objetivo de comercializar seus produtos florestais, considerando o fato

de que alguns anos atrás essa realidade era restrita a algumas iniciativas isoladas.

1.4. Objetivos

Este trabalho teve com objetivo:

Analisar o contexto dos temas centrais discutidos nas seis oficinas de manejo florestal comunitário realizadas na Amazônia;

Sistematizar e discutir as soluções apontadas nessas oficinas para os problemas afetos aos temas centrais discutidos.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizado um levantamento das seis oficinas sobre manejo florestal comunitário realizadas na região amazônica entre os anos de 1998 e 2002. Utilizou-se os 4 relatórios das oficinas de 1998 (1ª), 1999 (2ª), 2000 (3ª), 2002 (6ª). Uma segunda oficina realizada em 2000 (4ª) e a 5ª oficina não tiveram relatórios. As informações destas duas oficinas foram obtidas diretamente com Manuel Amaral Neto, do IMAZON, que participou de ambas e disponibilizou suas anotações pessoais para a construção deste trabalho (Amaral Neto, 2006).

Foram feitas as análises dos quatro relatórios produzidos nas oficinas e do material obtido diretamente daquelas que não tiveram relatório, para se observar quais os temas levantados,

problemas e soluções apontados, bem como o teor das discussões das seis oficinas.

Quanto à questão política analisou-se a mudança do Decreto 1282/94, que resultou no Decreto 2788/98, que permitiu a posterior elaboração e publicação, pelo Ibama, da instrução normativa 004/98 que é específica para o manejo florestal comunitário.

A partir das informações das oficinas, organizou-se uma tabela contendo período e local de realização, instituições apoiadoras, número de projetos representados e números de participantes.

Esta tabela forneceu o primeiro grupo de elementos para a análise objeto deste trabalho.

Uma segunda tabela foi organizada contendo os temas centrais de cada oficina e as soluções apontadas para seus possíveis entraves.

Estes temas foram levantados a partir da leitura e sistematização do material contido nos relatórios e nas informações recebidas sobre a 4ª e 5ª oficinas. Sistematizou-se também, de forma sintética, as soluções apontadas para os problemas levantados e debatidos.

Esta tabela norteou a análise do manejo florestal comunitário na Amazônia, conforme pretendido.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Propósito e estrutura das oficinas

Cada vez há mais o reconhecimento de que a melhor perspectiva para a Amazônia brasileira é o manejo da floresta, tanto para a produção de madeira como para produtos não madeireiros (Smeraldi, 1998). Com esse intuito, técnicos e órgãos ligados a esse tema realizaram 6 oficinas de manejo florestal comunitário na região amazônica, visando atender uma opção que era e ainda é bastante viável para o desenvolvimento da região.

No período de 1998-2002 foram realizadas 6 oficinas para a discussão do manejo florestal comunitário na Amazônia. A tabela 1 sumariza os principais dados dessas oficinas.

Tabela 1 - Oficinas de manejo florestal realizadas na Amazônia no período 1998-2002

Oficinas	Data e locais da realização	Local	Organizadores	Nº projetos apresentados	Principais temas discutidos	Participantes
1ª	20 a 25 de abril de 1998	Porto Dias - AC	WWF, SUNY e CTA	12	Políticos; Financeiros.	33
2ª	29 set a 30 out de 1999	Marabá - PA	WWF, SUNY, Amigos da Terra, IMAFLORA, AMAZON, LASAT	14	Comercialização; Contexto social e local; Licenciamento.	73
3ª	17 a 21 de julho de 2000	Rio Branco-AC	WWF, SUNY, Amigos da Terra, IMAFLORA, Pró-Manejo	7	Comercialização; Certificação.	92
4ª	23 a 27 de outubro de 2000	Boa Vista do Ramos - AM	AMAZON; IMAFLORA; Amigos da Terra- Programa Amazônia GTMFC.	12	Gerenciamento; Índices de produção.	45
5ª	21 a 26 de agosto de 2001	Gurupá - PA	AMAZON; IMAFLORA; Amigos da Terra- Programa Amazônia e GTMFC.	9	Treinamento; Comércio.	48
6ª	19 a 21 de agosto de 2002	Alter do Chão - PA	IIEB; AMAZON; IMAFLORA	7	Aspectos tributários; Comercialização.	48

A primeira aconteceu em 1998 em Porto Dias, no estado do Acre, e contou com a apresentação de 12 projetos. Os principais temas discutidos foram os políticos e financeiros, pois estes eram naquela época os maiores obstáculos para a criação e execução dos projetos de manejo florestal com bases comunitárias. Dos projetos apresentados apenas 4 estavam em fase de execução, e os demais estavam em fase de planejamento ou esperando financiamento.

A primeira oficina teve como um dos objetivos principais promover um diálogo entre os participantes; a oficina foi dividida em 5 atividades: visita técnica a 4 experiências; apresentação dos projetos participantes; sessões plenárias; discussão em pequenos grupos de trabalho e viagem de campo. Além dos representantes das comunidades de todos os projetos também foram convidados representantes do Instituto de Manejo e Certificação Florestal, Imaflora, representantes do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, Agências financiadoras e consultores técnicos que trabalhavam com manejo florestal.

As visitas técnicas foram a projetos em diferentes fases de execução, onde o objetivo foi colher subsídios para as discussões que posteriormente ocorreriam. Em outra atividade os representantes dos projetos fizeram rápida apresentação sobre seus projetos; nessa oportunidade os apresentadores resumizavam os projetos focalizando principalmente os objetivos, atividades a serem desenvolvidas e os grandes

desafios a serem superados. Durante as plenárias os participantes se reuniram em sessões de apresentação de consultores e diferentes instituições convidadas para relatar suas experiências em temas relevantes sobre o manejo florestal comunitário. Nas dos grupos de trabalho os participantes foram divididos em grupos para a discussão do tema “contribuições para discussões da política de exploração florestal”, que na época era o mais importante assunto a ser discutido. No final, cada grupo apresentava seus resultados das discussão aos demais; na última atividade foi realizada uma viagem de campo onde o objetivo foi conhecer um projeto de manejo comunitário já em fase de execução.

A segunda oficina aconteceu em Marabá, no estado do Pará, em 1999, e contou com a participação de 14 projetos. Os principais temas discutidos foram o licenciamento, a comercialização dos produtos e a importância do contexto social e local para o manejo florestal comunitário; os itens mais importantes a partir desse ponto de vista colocado pelos participantes foram: regularização fundiária, fortalecimento das instituições comunitárias e manutenção do diálogo sobre os conflitos que poderiam ocorrer durante a execução dos projetos.

Essa oficina foi dividida em 3 atividades: apresentação sobre o manejo de produtos florestais não madeireiros; discussão entre os participantes sobre as atividades do

manejo, inventário, mapeamento, planejamento de técnicas de corte e arraste das toras. Outra atividade realizada foi um dia de campo com os representantes das comunidades e técnicos.

Na apresentação sobre o manejo de produtos não madeireiros o expositor argumentava sobre a viabilidade de um sistema de manejo de uso múltiplo da floresta. Nessa atividade discutiu-se o uso de espécies para uso múltiplo, cabendo ao manejador explorar o maior número possível de produtos, principalmente os não madeireiros. Nas discussões realizadas entre os participantes tratou-se da relação entre problemas enfrentados e a sua forma de resolução. Os principais problemas apresentados foram: qualificação de mão-de-obra, descrédito de parte da comunidade quanto a viabilidade do projeto, falta de maquinário apropriado para o manejo florestal e tempo excessivo entre as atividades de exploração florestal. Nas atividades de campo os representantes das comunidades e os técnicos reuniram-se para trocar experiências práticas entre os projetos, onde o principal objetivo era analisar os principais desafios para a condução das atividades.

A terceira oficina sobre manejo florestal comunitário aconteceu em Rio Branco no Acre, em 2000, e contou com a participação de apenas 7 projetos. Na agenda de trabalho os principais assuntos discutidos foram: a certificação dos produtos e a comercialização que voltou a ser discutida. Com relação a esse tema tentou-se buscar melhorias para os

problemas que envolviam a busca de soluções para a comercialização e melhoria da qualidade dos produtos.

Na terceira oficina ocorreram várias atividades; em uma delas ocorreu um debate sobre a comercialização dos produtos, incluindo as exigências do mercado e como inserir nele os produtos do manejo florestal comunitário. Outra atividade realizada teve como tema principal a discussão sobre a certificação florestal. Numa outra atividade houve discussão onde os projetos mais adiantados puderam trocar experiências, avaliar seus avanços e insucessos. E outra atividade contida na terceira oficina foi a atividade de campo onde se discutiu o contexto social do manejo florestal comunitário.

Para a quarta e quinta oficinas não foram produzidos relatórios, porém a dinâmica das atividades foi basicamente a mesma.

A sexta e última oficina ocorreu em 2002 em Alter do Chão, no estado do Pará, e contou com a participação de 7 projetos. Teve como objetivos principais debater os casos de comercialização e aspectos tributários do manejo florestal comunitário.

Esta oficina teve como forma de abordagem dos temas propostos a realização de exposições, trabalhos em grupos e discussão em plenária sobre os temas propostos e realização de exposições, atividades em grupos de trabalho, discussão em plenária e visita técnica.

Nas discussões de plenária foram convidados profissionais da área tributária para conduzirem os debates; as exposições foram feitas por especialistas em cada tema e em seguida os grupos de trabalho realizaram exercício prático sobre as questões tratadas; foi realizada uma visita técnica a comunidade de Nuquini onde foi apresentado o projeto de manejo florestal comunitário daquela comunidade.

3.2. Temas, problemas e entraves detectados

A tabela 2 apresenta os principais temas levantados e debatidos nas seis oficinas de manejo florestal comunitário na Amazônia, assim como as soluções apontadas para os problemas evidenciados no decorrer das discussões.

3.2.1 Primeira oficina

Temas: Políticos e financeiros.

Com relação aos problemas apontados sobre a questão financeira, o principal era relativo a quem iria financiar os programas e como aconteceria esse financiamento, pois não se tinha uma viabilidade para o retorno dos investimentos por parte dos possíveis investidores.

Soluções apontadas: foi sugerido que fosse incluído nos programas já existentes linhas de crédito específicas para os projetos de manejo florestal comunitário através de órgãos como Ibama, BNDES, PDA e Pro - manejo; outra solução encontrada era sugerir que o Ibama alocasse um percentual do

fundo de reposição florestal para o financiamento de projetos de manejo florestal comunitário a fim de solucionar problemas relacionados com as questões financeiras.

Tabela 2 - Síntese dos principais temas debatidos nas oficinas de manejo comunitário

Oficinas	Temas centrais	Soluções apontadas
1 ^a	Políticos	- Criação de câmaras técnicas; - Revisar a instrução normativa que regulamenta os planos de MFC; - Definição de prazos para a aprovação dos planos de MFC.
	Financeiros	- Inclusão nos programas de linha de crédito; - Alocação de fundos para financiamento dos projetos de MFC.
2 ^a	Licenciamento	- Dispensa do pagamento das taxas de licenciamento; - Subsídios através órgão de pesquisa; - Resolver a questão fundiária.
	Comercialização	- Informações reais e exatas sobre os produtos.
	Contexto social e local	- Fortalecer a organização comunitária; - Aumentar o conhecimento por parte dos comunitários sobre os projetos de MFC
3 ^a	Comercialização	- Elaborar estratégias de marketing; - Demandar análises financeiras e econômicas de mercado; - Gerar empregos.
	Certificação	- Aumentar a eficiência dos processos de certificação; - Simplificar os relatórios de certificação; - Subsidiar as certificações através de fundos sociais.
4 ^a	Gerenciamento	- Planejamento participativo; - Formação de comitês para gerir atividades; - Criar programas de capacitação em gerência e administração.
	Índices de Produção	- Utilizar planilha da EMBRAPA-AC para calcular custos e produtividade; - Criar ou contratar consultoria para levantar os custos e produtividade.
5 ^a	Treinamento	- Capacitação de comunitários.
	Comércio	- Compradores viáveis; - Atrair diferentes tipos de projetos.
6 ^a	Comercialização	- Intenções e compromissos entre produtores e compradores; - Apoio a consolidação do GPFC; - Atrair compradores interessados em produtos dos projetos de MFC.
	Aspectos Tributários	- Estudo sobre carga tributária para MFC; - Orientação legal e fiscal para transações comerciais dos projetos.

Temas políticos: Dificuldade na aprovação dos planos de manejo florestal comunitário e ausência de legislação específica sobre o tema.

Soluções apontadas: foi sugerido que alguns mecanismos fossem criados visando viabilizar junto às superintendências regionais do Ibama a criação de câmaras técnicas para julgarem e aprovarem os planos de manejo comunitários; revisar a Instrução Normativa de regulamentação dos planos de manejo florestal comunitário com a participação efetiva das lideranças e técnicos envolvidos em projetos dessa categoria; definir pauta mínima de políticas a serem praticadas pelo Ibama na apreciação dos planos de manejo comunitários; definição de prazos máximos para apreciação dos planos de manejo florestal comunitário; imediata revisão de todos planos de manejo comunitários aprovados na Amazônia.

3.2.2. Segunda oficina

Temas: Licenciamento, comercialização e contexto social e local.

Sempre um dos principais problemas para o licenciamento e conseqüentemente a legalização dos projetos de manejo comunitário foi a questão fundiária, pois para se legalizar um projeto é necessário que a questão fundiária esteja resolvida. Na questão discutida nessa oficina sobre este tema ficou

evidenciado que é muito difícil a comprovação de posse das propriedades por parte dos comunitários. Outro problema mostrado acerca dessa questão é que as comunidades geralmente não dispõem de capital para arcar com todos os custos do licenciamento, e o atraso no licenciamento por parte dos órgãos competentes (Ibama e INCRA), que podem inviabilizar a extração; as exigências de documentação são excessivas e os prazos de análise são muito longos.

Soluções apontadas: As comunidades podem receber dispensa do pagamento da maior parte das taxas de licenciamento; os projetos podem ser subsidiados por órgãos de pesquisa (EMBRAPA, IMAZOM etc.); consolidação de parcerias que viabilizem o licenciamento; com relação à questão fundiária é necessário a diminuição dos conflitos e estimular o poder público a agir nessa questão que é de suma importância.

Nessa oficina o tema comercialização é discutido pela primeira vez. Uma das maiores preocupações dos projetos do Manejo Florestal Comunitário, naquele momento, era a inserção de seus produtos no mercado; e como se relacionar com grupos externos na hora de comercializar tais produtos. As principais questões observadas e discutidas nessa segunda oficina diziam respeito à forma pela qual a comercialização deveria ser realizada, pois até então nenhum dos projetos tinha alcançado a fase de comercialização, e nem possuíam estratégias definidas nesse sentido. Nos debates ocorridos a cerca desse

tema mostrou que o mercado de produtos diferenciados é exigente, pois isso é devido à dificuldade de se trabalhar com madeira.

Os potenciais compradores apontaram a falta de exatidão nas informações sobre os produtos como um dos maiores obstáculos para estabelecimento de um canal de comercialização para produtos de manejo comunitário.

Soluções apontadas: As informações sobre os produtos devem ser reais e exatas, pois diferenças entre as informações podem inviabilizar logo na fase inicial qualquer chance de novos negócios.

Sobre o contexto social e local o debate buscou mostrar a importância entre as relações das comunidades e os projetos com o ambiente ao redor; também buscou mostrar que para as iniciativas de manejo florestal obter êxito, vão depender também da interação adequada entre seus aspectos técnicos e sociais e tal interação por sua vez depende tanto dos técnicos envolvidos quanto da própria comunidade. Dentro desse tema outro aspecto bastante focado foi que para os projetos de manejo florestal comunitário obter mais qualidade é necessário que haja a organização comunitária de forma direta na elaboração dos projetos e implementação de normas a fim de dar eficiência a todos os processos de criação, de comercialização e de organização social. Nos grupos de estudos desta oficina os temas internos mais discutidos nortearam para o

fortalecimento das instituições comunitárias e manutenção de diálogo acerca dos conflitos que poderão ocorrer durante a execução dos projetos.

Soluções apontadas: Realização de atividades em conjunto buscando o fortalecimento da organização comunitária, visando despertar maior interesse dos membros da comunidade em relação ao manejo comunitário; realização de cursos de extensão na área rural por parte dos comunitários visando aumentar seus conhecimentos sobre os projetos, esses cursos devem ser provenientes de assistência florestal; valorizar os conhecimentos das comunidades envolvidas com manejo florestal comunitário; incentivar a criação de parcerias.

3.2.3 Terceira oficina

Temas: Comercialização e Certificação.

Nesta oficina o tema comercialização voltou a ser discutido, só que sob outro prisma, desta vez focado em conceitos. Visou esclarecer a linguagem utilizada para se falar de mercado, como ter uma inserção nele e como se relacionar com os grupos externos na hora de comercializar os produtos. O tema foi discutido em caráter técnico, o que prejudicou um maior envolvimento dos membros da comunidade. Nessas discussões foram esclarecidas as definições de mercado, feita uma análise das cadeias produtivas, sobre as redes de mercado, como agregar valor e inserir os produtos no mercado.

Soluções apontadas: elaborar estratégias de marketing e comercialização dos produtos madeireiros e não madeireiros dos projetos de manejo florestal; demandar, das instituições de pesquisa e outros órgãos (Universidades, secretarias de estado, IBGE) análises financeiras e econômicas de mercado, geração de empregos, capacidade de reinvestimentos.

Certificação foi um dos temas centrais na terceira oficina, pois naquele momento estava sendo bastante difundida.

Segundo Ferreira (1977), a certificação é o instrumento que atesta determinadas características de um produto ou de um processo produtivo. No caso em pauta, ela visa atestar que determinada empresa ou comunidade obtém seus produtos manejando sua área florestal segundo determinados princípios e critérios. O certificado é entregue à empresa e serve de garantia para o comprador de que o produto vem de uma área manejada de forma ambientalmente adequada, socialmente justa e economicamente viável.

A certificação dos produtos do Manejo Florestal Comunitário conta com apoio de vários grupos ambientalistas e movimentos sociais. É em geral vista nos projetos como uma das metas a ser alcançada que permitirá a diferenciação do manejo comunitário em relação a projetos realizados por empresas que atuam de forma ilegal ou provocando elevado impacto ambiental. O principal problema discutido acerca desse tema foi sobre quem deveria financiar os custos da certificação dos projetos

comunitários. Outro problema discutido foi que os processos de certificação são longos e complexos, envolvendo uma série de consultas, um relatório baseado em padrões técnicos de difícil entendimento e que podem transformar-se num peso a mais para a comunidade, ou ainda aumentar a necessidade de apoio externo para atingir a certificação e seus potenciais benefícios.

Soluções apontadas: Para enfrentar o problema da demora da certificação o sistema de certificação tem se adaptado para aumentar sua eficiência, abreviando os passos administrativos e procurando simplificar os relatórios e adaptar os padrões à situação específica do manejo comunitário. Criar fundos sociais para subsidiar a avaliação de projetos dessa natureza ou de pequena escala. Apontou-se que hoje já existe uma fonte de recursos capaz de apoiar esse tipo de fundo. Trata-se de uma taxa de 3 a 5% cobrada de cada processo de certificação de empresas privadas, o que significa que as empresas maiores já estão subsidiando parcialmente a certificação dos produtos do Manejo Comunitário. Outra solução sugerida foi que os programas devem atrair parceiros para subsidiar os custos da certificação.

Questões pertinentes à certificação: As primeiras avaliações de pré-qualificação para certificação de produtos produzidos pelo manejo comunitário aconteceram em 1998 em Rondônia, e se estenderam por mais de 10 iniciativas,

envolvendo produtos madeireiros e não madeireiros nos outros estados da região norte.

Em 2002 aconteceu a primeira certificação de um projeto de manejo florestal comunitário, o projeto da Associação de Moradores e Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes (AMPPAECM) realizado no seringal Cachoeira. No mesmo ano um levantamento, realizado por Amaral e Neto (2000), apontou 14 projetos de manejo comunitário que já estavam em fase de processo de pré-certificação. E em 2002 foi realizado um levantamento pelos participantes da VI oficina de Manejo Florestal Comunitário, ocorrida em Alter do Chão no Pará, que apontava a existência de mais de 20 projetos de Manejo Comunitário; destes projetos 6 já estavam em alguma fase do processo de certificação e outras 3 iniciaram o processo em 2003.

3.2.4 Quarta oficina

Temas: Gerenciamento e Índices de Produção

Gerenciamento foi um dos temas centrais de quarta oficina, pois havia muitos problemas relacionados a esse assunto. Ausência de planejamento, desinteresse e desconfiança por parte dos comunitários eram os principais gargalos apontados. Poucos comunitários têm capacidade de gerenciar os projetos, resultando num gerenciamento por poucas pessoas, quando o desejável seria que ele fosse realizado com toda comunidade.

Soluções apontadas: Realização de planejamento participativo com todas as comunidades envolvidas; formação de comitês responsáveis pela gestão das atividades dentro dos projetos, com isso assegurar a participação direta dos comunitários a fim de evitar irregularidades; planejar estudos de estoque de madeira nas áreas dos projetos (inventário florestal), pois a maioria dos projetos não possuía esses dados; prever programas de capacitação dos comunitários em gerenciamento e administração dos projetos.

Nesta oficina também se tornou evidente a preocupação com relação aos índices de produção dos projetos tanto que foi um tema central nas discussões. Os projetos de manejo florestal comunitário apresentam uma grande diversidade na concepção e implementação de seus modelos técnicos. Dentre as razões para a existência de modelos tão distintos foram apontadas, por exemplo, os diferentes tipos de acessibilidade aos recursos florestais pelas comunidades; diferentes produtos extraídos da floresta; diferentes formas de gestão dos recursos, tempo de existência dos projetos, etc. Dessa forma aferir os números da produção e da produtividade das operações de manejo comunitário é um grande desafio para a pesquisa e agências de fomento. Ainda hoje não existe uma regulamentação na política florestal estipulando a quantidade de produtos que se pode ser extraída da floresta nos projetos de manejo florestal comunitário, porém as associações e técnicos estipulam esses

valores através do tamanho da área que será manejada e dos produtos que serão extraídos.

Soluções apontadas: utilização da planilha elaborada pela EMBRAPA Acre para calcular os custos, eficiência e produtividade das operações de manejo. Para isso é necessário que se tenha um conjunto de informações técnicas do manejo, como: tamanho da área, tipo de terreno, produtos a serem extraídos, número de pessoas envolvidas, diferentes tipos de exploração, etc. Outra solução apontada para esse problema seria a criação ou contratação de consultoria para levantar custos e produtividade para os projetos de manejo florestal comunitário em operação.

3.2.5. Quinta oficina

Temas: Treinamento e Comércio.

Nesta oficina, a maioria dos projetos que foram apresentados já estava em fase de exploração. Surgiu então a necessidade de discutir sobre o treinamento dos responsáveis pela parte exploratória, pois a maioria das pessoas envolvidas com exploração estava acostumada com o modelo de exploração predatória; essas pessoas teriam que se adequar-se ao tipo de exploração que é usado no manejo comunitário, evitando ao máximo perdas e impactos negativos para o local. Outro ponto importante discutido foi que os comunitários teriam que se adaptar, pois com demanda de produtos não madeireiros

aumentando, haveria uma diversificação de atividades, em decorrência do uso de produtos madeireiros e não madeireiros.

Soluções apontadas: Capacitar comunitários em todos os níveis que envolvam operações do manejo ao processamento da madeira; treiná-los para o uso de máquinas, como tratores motosserras e máquinas de beneficiamento de madeira, visando reduzir perdas desde a exploração até o beneficiamento. Recomendou-se que todas essas capacitações deveriam ser realizadas por pessoal especializado e capacitado.

O tema a cerca de comércio visava naquele momento buscar quais eram as alternativas de mercados mais viáveis para os produtos de manejo comunitário, principalmente os comércios para o produto madeira. Estavam presentes nessa oficina “designers” de empresas relacionadas a produtos da madeira, porém esse mercado ainda parecia bastante distante da realidade dos projetos.

Soluções apontadas: Num primeiro momento os compradores locais e regionais apresentavam-se como alternativas mais viáveis para comercialização; tentar atrair outros tipos de comércios a partir de divulgação desses produtos onde se destacaria sua origem e forma de obtenção, e, principalmente enfatizando os aspectos sociais e técnicos do manejo florestal comunitário.

3.2.6 Sexta oficina

Temas: Comercialização e Aspectos Tributários.

Nesta oficina o tema comercialização voltou a ser discutido e foi tratado em dois momentos: num através de discussão entre os representantes dos projetos e os principais compradores de madeira dos projetos comunitários; num outro momento foi feita à apresentação da iniciativa do grupo de produtores florestais comunitários.

As discussões entre os grupos de compradores e os representantes dos projetos procuraram levantar os principais empecilhos vivenciados pelos projetos e pelos compradores no momento da comercialização de madeira, procurando identificar características desejáveis para a compra e venda. Os principais aspectos levantados foram a diversidade de espécies, tratamento da madeira e regularidade no fornecimento.

Num segundo momento foi apresentada a criação do GPFC (Grupo de Produtores Florestais Comunitários) que pretendia superar os entraves do mercado discutidos no primeiro momento. A criação deste grupo objetivava organizar a produção e tratar de todos os aspectos que envolvem a comercialização, inclusive os tributários.

Soluções apontadas: A partir da discussão sobre comercialização foi elaborada uma carta que apresentava as principais intenções e compromissos entre os compradores e

produtores. Isso visava oportunizar um comércio mais justo, além de aproximar mais os produtores aos compradores sensíveis as particularidades do manejo florestal comunitário; outra intenção da carta era apoiar a consolidação do GPFC, bem como atrair compradores interessados na aquisição de produtos florestais oriundos de projetos comunitários.

Os aspectos tributários relacionados ao processo de manejo florestal comunitário foram tratados a partir de dois eixos temáticos: o primeiro foi expor as realidades diferenciadas em termos de exigências e taxações por partes dos governos (federal, estadual e municipal); no segundo eixo temático foi discutido o favorecimento da tomada de decisão sobre a natureza societária a ser criada pelos projetos (cooperativas, microempresas, etc.).

Para discutir o assunto foram mobilizados especialistas em direito tributário que elaboraram um questionário para levantar as especificidades dos aspectos tributários juntos aos projetos. Esses questionários buscaram informações sobre atividades e aspectos operacionais relacionados às taxações praticadas nas regiões onde os projetos estão sendo implantados, além de informações sobre os convênios e parcerias existentes nos projetos para comercialização de seus produtos.

Soluções apontadas: Definição de pauta para um estudo sobre carga tributária para o manejo florestal comunitário;

identificação de demanda sobre orientação legal e fiscal das transações comerciais dos projetos; realização de estudo sobre carga tributária, cujo principal objetivo é reduzir os tributos a serem pagos, principalmente o Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS), que é um dos tributos mais elevados pago.

Com relação à questão política apontada na primeira oficina, no tocante à ausência de uma legislação específica para manejo florestal comunitário, isto está hoje contemplado, com o Decreto 2788, e a instrução normativa 004/98-Ibama, um primeiro passo da inclusão do tema nas políticas públicas. Os projetos de manejo florestal comunitário são na maioria financiados por ONG's, porém muitas comunidades ainda não têm acesso aos financiamentos. Outro grande problema enfrentado é que estes demoram a chegar às comunidades.

Uma conquista obtida a partir dos temas abordados nas oficinas é o maior envolvimento das comunidades nas questões de cunho social e participativo; porém esse envolvimento podia ser mais bem aproveitado por parte dos órgãos que apóiam o manejo florestal comunitário, através de intercâmbios, nas diferentes experiências, geração de empregos, etc.

Os problemas mais visíveis ainda hoje se referem ao gerenciamento, licenciamento e certificação. Geralmente quem gerencia os projetos são ONG's, e isso pouco contribui para o fortalecimento das comunidades. O ideal seria que a própria

comunidade fosse gerenciadora e as ONG's assumissem apenas o papel de apoiar técnica e financeiramente os projetos.

Com relação ao licenciamento, o grande problema está relacionado à questão fundiária, pois a situação é ainda muito indefinida, e o poder público e os governos pouco se esforçam para resolver esses problemas. O Ibama também poderia ter um papel importante, minorando as barreiras a serem superadas para o licenciamento dos projetos.

Com relação à parte econômica dos projetos, hoje passada a época em que os compradores locais eram a melhor opção para comercialização dos produtos de manejo florestal comunitário, já se tem abertura de outras opções de comércio, principalmente na Amazônia. Pode-se mencionar, por exemplo, as indústrias naval e madeireira, e o comércio com outros estados. Os custos desses tipos de produtos, porém, ainda são bastante elevados no mercado, devido a vários fatores, como: carga tributária, que ainda hoje não contempla nenhum tipo de isenção nem redução no número de impostos; certificação, hoje já uma questão bastante adiantada, porém os seus custos são ainda bastante elevados. Em contrapartida, certificação de projetos comunitários é vista como formas de agregação de valor aos produtos, e de inserção destes no mercado.

Uma questão que evoluiu bastante com relação ao manejo florestal comunitário, é a capacitação de comunitários através dos órgãos de apoio ao manejo florestal, pois estes estão

tendo boas iniciativas a respeito, recebendo inclusive o apoio do SESI e SENAI, muitas vezes financiados pelos programas governamentais.

Uma lacuna ainda hoje existente refere-se à regulamentação dos níveis de produção e produtividades dos projetos. Pois hoje quem decide sobre esses fatores são as comunidades, que definem se a exploração vai ser de baixo ou alto impacto; para os projetos de baixo impacto são extraídos de 4 a 6 m³/ha de madeira e para projetos de alto impacto esses volumes variam de 10 a 15 metros cúbicos por hectare. Em geral, para decidir com relação aos níveis de produção, os executores dos projetos de manejo florestal comunitário acabam recorrendo à contratação de consultorias, para avaliar a viabilidade dos projetos.

3.3. Evolução dos planos e incorporação das comunidades

O número de iniciativas de manejo florestal comunitário planejadas ou em execução envolvendo comunidades na Amazônia tem crescido. Segundo Amaral e Amaral Neto (2005), existem atualmente na Amazônia cerca de 30 projetos planejados ou em andamento, distribuídos em 5 estados da região. A grande maioria dos projetos está concentrada nos estados do Pará: 17 (50%) e 9 no Acre (28%). Quanto aos demais estados, o Amazonas faz-se representar com 4 projetos, Rondônia e Amapá cada um com 2 projetos.

Hoje em dia, a maioria dos projetos de manejo florestal comunitário já está em fase de extração; os demais estão em fase de planejamento ou esperando financiamento. Em geral, os projetos têm exigido cerca de 4 anos desde a sua concepção até a realização das atividades de extração de madeira; as principais causas da demora, apontadas pelos projetos são: demora na liberação dos recursos pelos financiadores, lentidão na apreciação e aprovação dos planos de manejo e situação fundiária não regularizada.

Os projetos apresentam uma grande diversidade de experiências: considerando as diferenças em tipo de organização (por exemplo, sindicatos de trabalhadores e associações extrativistas), tipos de acesso aos recursos florestais (exemplo, reservas extrativistas, lotes individuais de posseiros), produtos (madeireiros e não madeireiros), tipos de florestas (terra firme e várzea), cultura e tempo da atividade.

A grande maioria dos projetos tem como atores principais comunidades de agricultores (44%), ribeirinhos (21%), indígenas (21%) e extrativistas (14%). A incorporação de comunidades a novos projetos dependerá para o sucesso, dentre outros fatores: da continuidade dos investimentos; da capacidade das comunidades e de seus líderes em gerenciá-los; da formação de mão-de-obra local; da capacitação de técnicos especializados para a execução do manejo; da compreensão do

próprio Manejo Florestal Comunitário, envolvendo todos os aspectos aí incluídos os econômicos, sociais e técnicos; elaboração de legislação específica para o Manejo Florestal Comunitário e legalização fundiária das áreas a serem manejadas.

3.4. Perspectivas do manejo florestal comunitário

Em geral a demanda por produtos florestais (madeireiros e não madeireiros) tem aumentado. Estatísticas apontam que o crescimento do setor florestal é de 10% ao ano e com bases nesses dados podemos prever aumento na produção interna de madeira, na importância dos serviços ambientais das florestas, na demanda por produtos de origem manejada e conseqüentemente aumento da sua oferta no mercado.

A partir daí entra em cena o Manejo Florestal Comunitário que pode evoluir ainda mais sendo que, para isso acontecer, é necessário que o Estado deva solucionar a maior parte dos problemas externos, pois eles são de sua competência. Ele é que deve gerar condições essenciais e remover barreiras que impossibilitam o manejo florestal comunitário, e por outro lado as comunidades devem resolver adequadamente uma série de assuntos fundamentais, como questões organizativas e administrativas para garantir um manejo participativo, democrático e transparente dos recursos administrados.

As perspectivas esperadas com relação ao Manejo Florestal são com relação ao crescimento e desenvolvimento das comunidades, crescimento no número de projetos e desenvolvimento na qualidade de vida das populações de baixa renda. Os modelos aplicados para promover o desenvolvimento das comunidades têm que buscar uma melhor distribuição dos recursos, pois os aplicados no momento pouco tem conseguido melhorar as condições de vida das comunidades.

Espera-se também que o papel dos recursos e das indústrias florestais se torne importantes no desenvolvimento econômico, na conservação e no uso dos recursos florestais, assim ajudando na melhoria da qualidade dos projetos de Manejo Comunitário.

Os projetos também devem tender a melhorar as condições do desenvolvimento rural traçando um paralelo entre a agricultura e as atividades florestais, pois isso é uma necessidade muito importante para os projetos.

4. CONCLUSÕES

As oficinas de manejo florestal comunitário permitiram avanços sobre a atividade, pois hoje problemas como implementação dos projetos, participação comunitária, descentralização e a gestão de conflitos foram em parte superados.

Verifica-se uma evolução nos temas discutidos nessas oficinas, indo da questão legal e financiamento, passando por licenciamento e certificação, chegando à comercialização e aspectos tributários.

Apesar dos avanços, há ainda desafios a serem superados, como licenciamento, certificação, aspectos tributários e mesmo a questão fundiária.

Dentre o elenco de soluções apontadas pelas oficinas para a superação dos problemas do manejo florestal comunitário evidenciam-se: o surgimento de uma instrução normativa específica; o financiamento de projetos através ONG's, contratação de consultorias para levantamentos de custos de viabilidade e consolidação do grupo de produtores florestais comunitários.

A consolidação do manejo florestal comunitário passa ainda pelo fortalecimento da organização comunitária, pelo compartilhamento de informações, pela gestão dos projetos

pelos próprios produtores, e pela ampliação de financiamento para a atividade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, P. Manejo Florestal Comunitário na Amazônia - Relatório da primeira oficina de Manejo Florestal Comunitário. Brasília: WWF/SUNY, 1999. 39p.

AMARAL NETO, M. Manejo Florestal Comunitário na Amazônia - Relatório da segunda oficina de manejo florestal comunitário. Brasília: WWF/SUNY, 2000. 24p.

_____. Manejo Florestal Comunitário na Amazônia - Relatório da sexta oficina de Manejo Florestal Comunitário. Brasília: IIEB/IMAZON/GTZ, 2003. 45p.

_____. Manejo Florestal Comunitário na Amazônia - Síntese dos temas da 4ª e 5ª oficinas. Informe pessoal, 2006.

AMARAL, P. & AMARAL NETO, M. **Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira: situação atual, desafios e perspectivas.** Brasília: IIEB, 2000. 58p.

_____. **Manejo Florestal Comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia Brasileira e na América Latina.** Belém: IIEB/IMAZON, 2005. 84p.

BARROS, A & VERÍSSIMO, A. **Padrões, problemas e potenciais da extração madeireira ao longo do rio Amazonas e seu estuário.** Belém: IMAZON, 1996. 42p.

_____. Decreto 1282. Regulamenta os artigos 15, 19, 20 e 21 da Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, Seção 1, p. 1218, 20 de outubro de 1994.

DE CAMINO, R. Estado actual del manejo florestal y sus perspectivas en la biosfera maya. **In:** Amaral, P. & Amaral Neto, M. Manejo Florestal Comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia brasileira e na América latina. Belém: IIEB/IMAZON, 2005. 23p.

_____. Portaria nº 48-IBAMA. Disciplina a exploração florestal na Bacia Amazônica. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, Seção 1, p. 10.492-10.501, 17 jul. 1995.

_____. Instrução Normativa nº 04. Dispõe sobre a exploração e o manejo florestal de forma comunitária. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, Seção 1, 30 dez. 1998.

KENNY-JORDAN, B. C. Construyendo cambios, desarrollo forestal comunitario en los Andes. **In:** Amaral, P. & Amaral Neto, M. Manejo Florestal Comunitário: processos e aprendizagens na Amazônia Brasileira e na América Latina. Belém: IIEB/IMAZON, 2005. 24p.

MANEJO FLORESTAL 2006. **O conceito de Manejo florestal.** Disponível em <<http://www.manejoflorestal.org/index3.cmf>>
Acesso em: 04.jul.2006

MACEDO, D. S. Manejo Florestal Comunitário na Amazônia - Relatório da terceira oficina de manejo florestal comunitário. Brasília: WWF/SUNY, 2001. 47p.

SMITH, R. **Formas de organização e papel das organizações de apoio às iniciativas de Manejo Florestal Comunitário.** Belém: IMAZON/GTZ/IIEB, 2005. 44p.

SILVA, José de Arimatéa. **Quebrando castanha e cortando seringa.** Seropédica: EDUR, 2003. 137p.